

## O PENSAMENTO SOCIAL COMO PATRIMÔNIO<sup>1</sup>

Carmen Lucia Felgueiras<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta algumas ideias, a título de ensaio, sobre os problemas que a área de pensamento social vem enfrentando em seu processo de consolidação ao longo dos últimos 30 anos. Tomo como ponto de partida um certo conjunto de depoimentos de autores consagrados da área em torno de questões metodológicas, teóricas, políticas e institucionais, abordadas sob perspectivas diversas e nem sempre consensuais. Portanto, a questão da forma que vem tomando este campo temático é examinada, sobretudo no que diz respeito aos aspectos de definição disciplinar e de intervenção na vida social. A sugestão feita aqui, de tratar o pensamento social como patrimônio, produz uma analogia que torna possível pensar tanto a forma que este acervo de interpretações pode adquirir como os modos pelos quais ele pode ser considerado em suas relações com as questões da atualidade.

**Palavras Chaves:** Pensamento Social, Patrimônio Interpretações do Brasil

**Abstract:** This paper presents some ideas, the title essay, about the problems the area is facing social thought in the process of consolidation over the last 30 years. I take as a starting point a certain set of testimonials from established authors around the area of methodological, theoretical, political and institutional issues addressed in various and not always consensual perspectives. However, the question of form that has taken this thematic field is examined especially with respect to aspects of disciplinary definition and intervention in social life. The suggestion made here, to treat social thought as equity, produces an analogy that makes it possible to think how much this collection of interpretations can acquire as the ways in which it can be considered in its relations with the issues of today.

**Key Words:** Social Thought, Heritage Interpretations of Brazil

### Introdução

Este trabalho surgiu da participação da autora na Mesa Redonda, “Pensamento social brasileiro e ciências sociais: conjuntura e desafios institucionais”, que foi parte da programação do 2º Seminário de Pensamento Social em Instituições do Rio de Janeiro,

---

1Agradeço os comentários feitos à minha apresentação pelos participantes do Seminário, especialmente a Milton Lahuerta, coordenador da Mesa, que me permitiram ampliá-la neste ensaio.

<sup>2</sup>. Professora associada da Universidade Federal Fluminense (UFF).

realizado em novembro de 2013, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. O evento e as várias conexões intelectuais e institucionais que o constituem são em si mesmos parte do objeto sobre o qual nos debruçaremos a seguir: ou seja, a atitude de auto-reflexão, de debate permanente acerca de seus fundamentos que alguns filósofos da ciência, como Thomas Kuhn, por exemplo, quiseram atribuir, como traço negativo, às chamadas "ciências jovens", mas que outros, especialmente aqueles ligados às correntes fenomenológicas e hermenêuticas - como Gadamer em *Verdade e Método*, viram como característica intrínseca e positiva das chamadas ciências sociais e humanas. Para isto, tomei como ponto de partida a consolidação de um debate contemporâneo no "Dossiê Pensamento Social Brasileiro", publicado pela revista *Lua Nova* em 2011, que demonstra, a meu ver com muita propriedade, seu enraizamento na área de humanidades, principalmente o "Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro", em que autores consagrados<sup>3</sup> foram convocados a dar a sua visão pessoal sobre algumas das questões que surgem como mais recorrentes<sup>4</sup> quando se discute sobre o que seja a característica da área, mas que no seu conjunto evidencia sobretudo a pluralidade e a diversidade de abordagens e perspectivas teóricas e políticas de que ela se compõe. Assim, em "Pensamento brasileiro, um vasto campo ganhando forma", o texto que apresenta o Simpósio, Lilia Schwarcz e André Botelho dão especial relevo ao problema da identidade disciplinar e da medida de seu alcance, levando em conta também as possibilidades da área de conhecer e intervir na realidade social. Tentarei aqui apenas tocar em alguns dos pontos levantados nesse texto de apresentação e nas respostas dos entrevistados do Simpósio, reconhecendo desde logo a dificuldade de tratá-los em toda a sua complexidade nos limites deste ensaio.

---

3 Foram convidados a prestar seus depoimentos Angélica Madeira e Mariza Veloso, Elide Rugai Bastos, Gláucia Villas Bôas, Lucia Lippi Oliveira, Luiz Weneck Vianna, Maria Arminda do nascimento Arruda, Renan Freitas Pinto, Ricardo Benzaquen de Araújo, Roberto Mota, Rubem Barboza Filho e Sergio Miceli.

4 As questões levantadas vão desde a atualidade da área de pesquisa do pensamento social, seus objetos, problemáticas e abordagens teórico-metodológicas, as suas conexões com outros campos disciplinares, as obras mais relevantes da área, sua inserção disciplinar na graduação e pós-graduação e as possibilidades futuras e questões fundamentais para o desenvolvimento da área.

## Tratando Pensamento Social como Patrimônio

Começo pelo que dizem os autores, logo nas primeiras linhas: “Nos últimos trinta anos, pesquisas sobre as tradições intelectual, cultural, social e política brasileiras, ao se identificarem e serem identificadas como ‘pensamento social brasileiro’, contribuíram para dar forma a esta área de pesquisa que, hoje, tem apresentado uma dinâmica muito particular e amplas condições de afirmação no âmbito das ciências sociais praticadas no Brasil. Condições, porém, que não tornam auto-evidentes as fronteiras entre o pensamento social e outras áreas de pesquisa, ou mesmo outros campos do conhecimento nas ciências humanas. Longe de ser uma limitação, tal aspecto parece, antes, constituir vantagem em meio ao labirinto da especialização acadêmico contemporâneo.

Observa-se assim, o próprio alargamento da noção de ‘pensamento social’, operado, em parte, pelo caráter multidisciplinar da área de pesquisa, que compreende não apenas as três disciplinas básicas das ciências sociais – antropologia, a ciência política e a sociologia – como ainda a história, a teoria literária e a filosofia política, entre outras disciplinas.” (Lua Nova, 2011, p. 11)

Assim, se, por um lado, a grande extensão que a área alcança, seu aspecto “informe”, pode ser visto como uma característica positiva, cuja dinâmica particular consiste em modificar permanentemente as fronteiras disciplinares que se colocam entre ela própria e as outras áreas de conhecimento, por outro lado, no entanto - o título do artigo é bastante claro, a propósito - a busca de forma ou de identidade ainda é uma aspiração, um processo em curso, cuja positividade ou negatividade são partes do debate, a ser explorado neste ensaio.

Desde o ponto de vista digamos “teórico-metodológico”, a área de pensamento social no Brasil é identificada à vastidão do campo inter e multidisciplinar. É possível, inclusive, que neste sentido da constituição do pensamento social no Brasil ela tenha funcionado como facilitadora da sua consolidação institucional, pois a institucionalização em curso nos últimos 30 anos parece ter se beneficiado dessa ausência de forma, enquanto que o tratamento conjunto de uma variedade de temáticas sobre diferentes autores e intérpretes se convertia em força centrípeta, aglutinadora de idéias desenvolvidas em instituições diversas e a partir de campos disciplinares diversos, tornando portanto a busca

de forma ou identidade teórico-metodológica algo paradoxal.

Contudo, ainda insistindo na referência à noção de forma, seu significado no texto de Lilia Schwarcz e André Botelho talvez não se resume a uma forma disciplinar ou a um modo de operar estritamente teórico-metodológico, mas se trate de uma forma em seu sentido mais exterior, como se a área estivesse sendo formatada "desde fora", assumindo assim o seu sentido sociológico e político específico.

Creio que este movimento pode ser entendido de duas maneiras. A primeira dependeria de um tipo de percepção das relações específicas entre texto e contexto, apostando na produtividade das idéias, e a segunda, por sua vez, seria tributária de uma determinada concepção das relações históricas entre o presente e o passado. Senão vejamos.

Conforme dizem Lilia e André, citando Jorge Luis Borges, tudo que existe tem ou ganha um nome e assim o pensamento social também se constituiria, por imputação ou auto-imputação, por uma identificação daqueles que produzem as chamadas interpretações do Brasil e tecem suas relações com a realidade social, dando, neste sentido, uma relevância especial ao pensamento social. Contudo, essas relações são, em si mesmas, objeto de controvérsia, pois, como dizem:

“antes centrado quase exclusivamente na pesquisa dos processos de constituição social das ideias, das artes ou da inteligência, interessa também especificar como estas, levando em conta as relações mais ou menos condicionada que mantêm com os grupos sociais e as sociedades que as engendram, participam reflexivamente da construção do próprio social. Ou seja, como a vida social envolve não apenas estruturas e recursos materiais, como também imateriais – culturais, simbólicos, e políticos –, é preciso agora avançar no conhecimento de como estes últimos, em interação histórica contingente com os primeiros, podem ou não influenciar a ordem social de que fazem parte e também serem elementos relevantes para as possibilidades de ação coletiva e mudança social. Não mais apenas condicionados por determinantes políticos e sociais, análises mais propriamente culturais ganham nova relevância na área, agora como elementos explicativos fundamentais.” (*Lua Nova*, 2011, p. 13)

Ou seja, os autores posicionam-se claramente contra o determinismo ou "sociologismo" das interpretações que subordinam o texto ao "contexto", entendido como "fatos" e/ou "estruturas", apresentando-se como próximos de uma concepção em que as produções intelectuais, ou textos, intervêm no próprio contexto, seja diretamente sobre o "contexto" da vida social, seja "indiretamente" no contexto da análise, operando em pé de

igualdade com os fatores políticos e econômicos.<sup>5</sup>

Mas também podemos considerar que os contextos não são entidades naturais, mas construções intelectuais. Quer nos afastemos da visão positivista do texto como expressão fiel dos fatos, quer vejamos o texto como algo ao qual se vinculam diferentes significados ou interpretações, a relação texto-contexto passa a ser uma relação entre um determinado texto e outros textos que lhes são exteriores e, nesse sentido, objetos de uma escolha por parte do intérprete ou autor. A propósito, se estamos falando da forma à qual os pesquisadores do pensamento social aspiram, e dada a própria produtividade atribuída às estruturas e recursos imateriais, que podem estar impressos em textos, ou passíveis de neles se converterem, a figura do pesquisador, indivíduo ou coletividade, ganharia, conseqüentemente, um estatuto privilegiado para a produção desta forma, cujas implicações serão vistas a seguir.

Assim, há um outro movimento em que a forma, neste caso, estaria referida aos objetivos com os quais o pensamento social vem sendo empreendido, não só quando se pretende produzir determinadas sínteses em torno de questões potencialmente desagregadoras - como é o caso das interpretações "textualistas" e "contextualistas"<sup>6</sup> - como também no sentido mais amplo de aproximar as questões do passado às indagações contemporâneas, em função das quais, é possível supor, aquelas sínteses estariam sendo visadas.

Se, portanto, o tema que ocupa os pesquisadores na atualidade (e neste Seminário) são os desafios que as instituições enfrentam para desenvolver a área de pensamento social, eu gostaria de sugerir uma reflexão sobre o que acabei de identificar como uma

---

5 Alinhando-se, nesse sentido, aos depoimentos de Luiz Werneck Vianna (“[...] identifico na disciplina a vocação para um esforço reflexivo, que, ao interpretar o país, se inclui no movimento das forças sociais que o transformam.”) (*Lua Nova*, p. 157) e Roberto Motta (“Acho que o principal objeto ou problemática da área é a compreensão do Brasil, como formação histórica, social, cultural e política. Tudo gira em torno disto e dos projetos de Brasil, explícitos ou implícitos. Não é uma disciplina “gratuita”, mas muito carregada de tensões e opções teóricas e práticas.”) (*Idem*, p. 142).

6 No “Dossiê” também encontramos a esse respeito uma variedade de posições, desde as que negam o sentido da contraposição texto-contexto, como Maria Arminda do Nascimento Arruda (“Do ponto de vista da sociologia, como sabemos, é necessário elucidar as conexões entre trajetórias, obras, ideais etc. Não se trata de privilegiar análises extremistas, pois a disjuntiva interno – externo é completo e não se sustenta”) (*Lua Nova*, 2011, p. 157) aos que a afirmam com veemência, como é o caso de Sergio Miceli (“A linhagem contextualista busca construir uma história densa de mediações, desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual ou artística; os adeptos da história das ideais lidam com autores e livros, como se estivesse dispostos num quadro de honra/desonra, extraindo desses confrontos linhagens de pensamento definidas em termos anacronicos”) (*idem*, p.143).

proposta de entendimento de qual deva ser o desafio da área - produzir uma forma a partir da diversidade, quer dizer, elaborar sínteses a partir da multiplicidade de experiências passadas e presentes - entendendo este desafio no quadro das relações possíveis entre o que, por exemplo, a história das idéias (refiro-me aqui ao Koselleck de *Futuro Passado*) nomeia "espaços de experiência" e "horizontes de expectativas", isto é, categorias em que podem ser convertidos os termos do debate a que nos propomos aqui, o pensamento social e os desafios que se colocam a esta área. Mais claramente: proponho que o termo "desafio" seja considerado como categoria, como nosso horizonte de expectativas (neste caso é indiferente se o desafio é interno ou externo, se vem de fora ou de dentro deste campo de pensamento) e também sugiro o entendimento do pensamento social como patrimônio, ou seja, como um determinado corpus que, tanto em seu aspecto puramente material como imaterial, opera como se fosse um "espaço de experiências", isto é, uma espécie de suporte ou de base, aberta, plástica e modelável, mas permanente, que nos permite tentar lidar com os desafios anteriormente mencionados.

A partir desta sugestão de entendimento do pensamento social como patrimônio, arrisco-me a estender um pouco as implicações dessa idéia, relacionando-a àquelas de José Reginaldo Gonçalves sobre patrimônios culturais. Apenas lembrando os argumentos deste último em sua coletânea de artigos, *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patriônios*, podemos dizer que, na seqüência das contribuições de autores como Lionel Trilling e Edward Sapir, ele chama a atenção para a possibilidade de que os termos que caracterizam a relação problemática dos indivíduos com os seus papéis sociais, como os de sinceridade e autenticidade, possam eventualmente deixar de ter significado quando se lida com bens culturais na modernidade, na época de sua reprodutibilidade técnica, pois estes bens culturais - inclusive os patrimônios - tendendo a perder a sua aura enquanto coisas autênticas, ou seja, singulares, únicas, originais e começando assim a poder ser reencenados, reinterpretados, evidenciando assim a sua artificialidade, seu caráter de artefato cultural.

Ao contrário, diz Reginaldo, "a não problematização da categoria de 'autenticidade' desempenharia um papel importante nessa estratégia retórica [de associar identidade nacional a determinados bens culturais]. A 'autenticidade' do 'patrimônio nacional' é equacionada à suposta existência da nação enquanto uma unidade real, autônoma, dotada de

uma 'identidade', 'caráter', 'memória', etc. Em outras palavras, a crença nacionalista na realidade da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio. Não importa que os conteúdos das definições de 'patrimônio', 'autenticidade' e 'nação' possam variar bastante em termos históricos e sociais. Ideólogos do patrimônio - ou ideólogos da nação - considerados como autoritários ou democráticos convergem na sua crença na 'autenticidade'. “ (GONÇALVES, 2007, p.124)

Indo de encontro a essa concepção de patrimônio, o pensamento social na qualidade de campo de experiências, existiria como acervo, como coleção de interpretações do Brasil, algo passível de ser reproduzido, mas sempre modificado pelo olhos e pelos propósitos daqueles que interpretam esses intérpretes; ainda que se pretenda recuperar a substância imanente, verdadeiramente autêntica deste passado, seu aspecto de realidade construída, ou de interpretação, já foi tornado evidente.

Se prosseguirmos com a analogia que estou sugerindo, na medida em que lidamos com o pensamento social como patrimônio da sociedade brasileira, acabamos por incorporá-lo ao nosso espaço de experiências como algo cuja aura, cuja "autenticidade", tornou-se até certo ponto irrecuperável, pelo fato de que, em virtude das transformações ocorridas nas últimas décadas, os temas e as categorias "nativas", quer dizer tradicionais, já não dizem muito para os temas e categorias do presente, fazendo com que o esforço em manter-se totalmente "fiel" ao passado implique na acusação de antiquarismo inconsequente, tal como o mencionam Lilia Schwarcz e André Botelho:

"E um dos principais efeitos dessa orientação, tem sido o de reverter a imagem, algo difundida no p  
ciências sociais brasileiras, que via a pesquisa em torno do pensamento social  
como um tipo de conhecimento an , sem maior significaç para a  
sociedade e para as ciências sociais contemporaneas." (*Lua Nova*, 2011, p.12.)

Considerando, então, as conclusões de José Reginaldo Gonçalves na coletânea de artigos citada, coletânea fundada numa certa linha de interpretação de Walter Benjamin, a capacidade de se reproduzir a obra de arte (no nosso caso a interpretação dos textos que compõem o pensamento social no Brasil) não importaria apenas em uma visão desencantada da obra e do mundo, mas também em uma capacidade criativa de utilizar um determinado acervo composto por argumentos, idéias que podem ser entendidas como

experiências que se condensaram ou se concretizaram em determinados objetos e sinais. Assim, talvez possamos inferir que, neste modo de lidar com a experiência passada, a ênfase estaria menos nesse "patrimônio", nesse corpus, do que no rendimento interpretativo que ele permite, no sentido de unificar, totalizar o conhecimento sobre determinados temas ou questões que nos são mais caros.

Seria portanto a busca pela forma na área de Pensamento Social no Brasil uma busca pela essência daquilo que define uma certa identidade nacional? Creio que não, e o próprio debate entre os termos pensamento social brasileiro e pensamento social no Brasil é indicativo disso<sup>7</sup>. A questão é que, tal como expõe Reginaldo em *Retórica da perda*, a idéia de patrimônio na retórica preservacionista sempre remeteu à busca de uma totalidade, representativa da essência da nacionalidade, e que em seu sentido de representação precisa torná-lo ruína (destruí-lo) para presentificá-lo sob determinados critérios, sobretudo políticos.<sup>8</sup>

Por outro lado, a busca de uma forma que não pode se declarar "intencionada", ocultada sob uma retórica da perda, não mais da autenticidade, mas da objetividade, destaca-se da ênfase interpretativa da tradição humanista, vista como elitismo e antiquarismo inútil. Neste sentido, "substancializado"<sup>9</sup> pelo destaque dado à sua função social, convertido, na análise, ao contexto de coerções ao qual o pensamento se subordina, o passado acabaria por ter pouca coisa a dizer ao presente.<sup>10</sup>

Nesse sentido, o passado, o patrimônio "em si", definido como um espaço de experiências capaz de delimitar o nosso "horizonte de expectativas", seria uma mediação

---

7 Como Ricardo Benzaquen de Araújo chama a atenção em sua resposta à questão das relações entre o pensamento social e as ciências sociais em geral, o modo como o grupo se constituiu no âmbito da ANPOCS enfatiza justamente a perspectiva sob a qual se constitui o pensamento social, naquele caso, a das ciências sociais estrito senso, e não a sua substância. (*Lua Nova*, 2011, p.146)

8 "Desse modo, o chamado patrimônio cultural jamais é resgatado em sua totalidade e integridade, mas sempre por intermédio dos seus fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio." (GONÇALVES, 1996, p.112)

9 Nesse sentido, aventa-se a hipótese de que a vertente dos estudos comparativos contribua para "dessubstancializar" a idéia de patrimônio e, por consequência, dificultar o ímpeto modernista para instrumentalizá-lo em prol de um projeto, limitando as possibilidades interpretativas.

10 De forma análoga é o que acontece no âmbito dos órgãos de preservação, tal como chama a atenção, Reginaldo: "É possível dizer que, a partir dos anos sessenta, verifica-se uma forte tendência no sentido de uma representação pluralista da cultura, valorizando-se os chamados "patrimônios étnicos", patrimônios locais", " regionais". Dessa valorização das diferenças decorre uma orientação política de cunho democratizante, enfatizando-se a necessidade de que os diversos grupos e categorias sociais que compõe as sociedades nacionais sejam representadas nas políticas oficiais de cultura." (GONÇALVES, 1996, p. 109).

necessária mas não suficiente para que aqueles desafios já mencionados possam enfrentados por cada um dos intérpretes, autores e pesquisadores do pensamento social. Logo, para ficar nos temas colocados por *Retórica da Perda*, o pensamento social enquanto patrimônio não denotaria exatamente uma busca de preservação da uma essência intelectual da nação, um valor negativo, portanto, mas um valor cultural, pensar o Brasil – marcado pelo conflito, pelo debate e pela convivência de opostos.

Avaliado deste modo, como um espaço de experiências que funda, dialoga, mas não restringe os desafios que orientam os debates contemporâneos, o pensamento social no Brasil talvez possa ganhar condições para escapar da ameaça de reificação e da poeira e do mofo dos antiquários que parece sempre pairar sobre ele, permitindo inclusive o surgimento de novas hipóteses interpretativas capazes, até mesmo, de questionar o presente.

### **Bibliografia**

Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Gonçalves, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleção Museu, História e Cidadania/IPHAN, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Ministério da Cultura - IPHAN, 1996.

Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio.

Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. (Chicago: The University of Chicago Press, 1989).

*Lua Nova: revista de cultura e política*, nº 82, São Paulo, 2011. Dossiê Pensamento Social Brasileiro.

Sapir, Edward. Mandelbaum, David, ed. *Selected writings in language, culture and personality*. Berkeley: University of California Press, 1949 Trilling, Lionel. *Sincerity and Authenticity*. Massachusetts: Harvard University Press, 1972.

Wagner, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.